



JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM DIREITO E PROCESSO ELEITORAL
COORDENAÇÃO – CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL E ESCOLA
JUDICIÁRIA ELEITORAL

Reunião da Comissão Gestora do Programa de Educação Continuada em Direito e Processo Eleitoral

Reunião nº 01/2016

Local: Corregedoria Regional Eleitoral

Data: 18.02.2016

Horário: 14h30min

Comitê Estratégico	Membros presentes	Área
Juíza Diretora da EJE	Joriza Magalhães Pinheiro	EJE
Juiz Auxiliar	Marcelo Roseno de Oliveira	Presi
Assessora Chefe	Gisele Campos de Alencar	Presi
Secretários	Águeda Odete Gurgel de Lima	CRE
Coordenadores	Orleanes Cavalcanti de Oliveira Domingues da Silva José Humberto Mota Cavalcanti Vládia Santos Teixeira	SJU EJE Coede

	Participantes Convidados	Área
Chefe da Sepla	Ana Katarina Fonteles Soares Viana	EJE
Assistente	Caio Silva Guimarães	CRE

Pauta

Discussão acerca dos principais eventos de capacitação a serem realizados no ano de 2016.

Deliberações
<p>1) Necessidade de valorização das atividades dos Grupos de Estudo acerca dos temas mais relevantes atinentes à minirreforma eleitoral, com vistas ao pleito municipal do corrente ano. As reuniões ocorrerão nos dias 24/02, 26/02, 04/03, 11/03 e 31/03, na sala de sessões, das 14 às 18h, e versarão, respectivamente, sobre os temas: Registro de Candidatura (Procedimentos); Ações Judiciais Eleitorais; Propaganda Eleitoral e Poder de Polícia; Prestações de Contas e Inelegibilidades. Restou definido que os aludidos Grupos de Estudo participarão ativamente dos eventos de capacitação a serem realizados antes das Eleições.</p>
<p>2) Mister de que o Ciclo de Debates mude de enfoque este ano, dada a premência de discussões acerca das inúmeras alterações que as recentes mudanças na legislação eleitoral importaram, as quais afetarão, diretamente, as eleições municipais que se aproximam. A ideia é de que, nos dias 19 e 20 de maio, sejam realizadas, nas dependências da Esmec, 4 oficinas simultâneas, teóricas e práticas, de capacitação em Direito Eleitoral destinadas a juízes eleitorais e chefes de cartório, versando, cada uma delas, sobre um de quatro temas, na oportunidade, já desenvolvidos pelos Grupos de Estudo mencionados no tópico anterior (Registro de Candidatura; Ações Judiciais Eleitorais; Propaganda Eleitoral e Poder de Polícia e Prestações de Contas). Dessa forma, imprescindível a participação</p>

Deliberações

subsidiária das equipes envolvidas nos Grupos de Estudo, as quais devem atuar, no âmbito de cada uma das 4 oficinas, junto a um juiz eleitoral, cujos nomes ainda serão definidos, que conduzirá os trabalhos em sua respectiva turma. Tanto os juízes eleitorais, como os chefes de cartório, serão convidados a participar do evento, de sorte que não farão jus a pagamento de diárias.

3) Realização de **Reuniões Multidisciplinares**, as quais ocorrerão no mês de junho, em Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte. Durante o período da manhã, haverá discussão sobre a logística da Eleição (STI e Coele) e o Treinamento de Mesários (Coede), e, à tarde, o Dr. Marcelo Roseno de Oliveira se prontificou a discorrer sobre os temas Registro de Candidatura e Propaganda Eleitoral.

4) Realização de reunião entre juízes indicados para comporem as Juntas Eleitorais.

5) Discussão acerca das publicações destinadas ao pleito municipal deste ano, que serão utilizadas para fins de apoio aos servidores da Zona Eleitoral, inclusive para a realização de reuniões de orientação aos partidos políticos e candidatos no âmbito de cada Zona, discutiu-se que os Grupos Estudo ficarão responsáveis pela elaboração das Cartilhas externa de Registro de Candidatura e internas, estas discorrendo sobre os demais temas discutidos por ocasião das reuniões aludidas no tópico 1. Também ficará a cargo dos Grupos de Estudo a atualização do conteúdo dos demais materiais, a exemplo do *folder* “Propaganda Eleitoral: permitido – proibido”; *folder* “Chegou a hora”; do “Miniguia da Justiça Eleitoral para jornalistas” e da Cartilha destinada à Polícia Militar “Ações Norteadoras”. Concluiu-se pela retirada do índice remissivo do Manual de Legislação Eleitoral e Partidária e pela elaboração do Manual de Crimes Eleitorais por parte da Corregedoria Regional Eleitoral.

6) Importância de que servidores da Secretaria Judiciária realizem algum curso de capacitação sobre o novo Código de Processo Civil, tendo em vista que as mudanças irão repercutir no Processo Eleitoral. Sugeriu-se contato com a Esmec, para fins de verificação de algum desconto para servidores da Justiça Eleitoral em Curso voltado para a temática, já previsto no calendário da aludida Escola.

7) Sugestão de se contactar o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, para se obterem maiores informações sobre Curso em Direito Eleitoral desenvolvido pelo referido Regional, inclusive sobre a plataforma por meio da qual o Curso é ministrado.

8) Realização de evento na Assembleia Legislativa, voltado a partidos políticos, candidatos, advogados, cuja temática coincidirá com os cinco temas discutidos nos Grupos de Estudo (videoconferência transmitida para os CVTs - Centros Vocacionais Tecnológicos - do interior do Estado).